

Osmar Dias e Suplicy defendem concorrência para o Sivam

Enquanto Dias anuncia apresentação de emendas para que se promova licitação, Suplicy destaca estudo da SBPC e capacidade científica do Brasil para executar o projeto



Osmar Dias



Eduardo Suplicy

Suassuna protesta contra apoio de R\$ 15 bilhões ao Banespa

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) protestou ontem contra a decisão do governo federal de permitir ao Banco Central destinar cerca de R\$ 15 bilhões para sanear o Banespa e várias empresas estatais paulistas. "O Banespa vai receber R\$ 15 bilhões, o Banco Nacional recebeu R\$ 5,6 bilhões, o Banco Econômico recebeu R\$ 4 bilhões e o Banerj está na fila. Tanto dinheiro para salvar bancos e o governo diz que não tem R\$ 1 bilhão para o projeto de transposição das águas do rio São Francisco".

Suassuna protestou contra o tratamento diferenciado que vem sendo oferecido ao Norte-Nordeste. "Estradas

importantes para a Amazônia não estão recebendo no orçamento para 96 nenhum centavo", lamentou.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (AM) lembrou que a Constituição determina



Suassuna

que o governo federal tem de agir para reduzir as desigualdades regionais. "A Constituição vem sendo descumprida", assinalou.

Já o senador João Rocha (PFL-TO) não vê necessidade de São Paulo receber tamanho

apoio federal, pois os paulistas ficam com 80% de todo o ICMS recolhido no país. "Quando um estado pobre importa de São Paulo, quem fica com quase todo o imposto são os paulistas", disse.

Os senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) defenderam ontem, em pronunciamentos feitos separadamente, licitação pública para execução do projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

Osmar Dias informou que apresentará emendas às cinco resoluções do Senado que criaram o Sivam, com o objetivo de assegurar a realização de concorrência. As emendas serão encaminhadas ao presidente das comissões que analisam o Sivam, senador Antonio Carlos Magalhães.

Eduardo Suplicy defendeu a capacidade científica brasileira para executar o Sivam e anunciou que os cientistas Marco Antonio Raupp e Luiz Carlos Miranda estão prontos para vir ao Senado na próxima semana prestar esclarecimentos sobre o estudo que a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) fez a respeito desse projeto.

Para Osmar Dias, a licitação é a única alternativa para superar o impasse criado pelas denúncias contra o projeto. Osmar Dias acredita que suas emendas ressalvam o fundamental, que é a importância do Sivam para a manutenção da soberania brasileira sobre a Amazônia e para o desenvolvimento da região.

Eduardo Suplicy disse que a empresa norte-americana Raytheon terá, segundo o contrato assinado com o governo brasileiro, acesso privilegiado a todo o processo de vigilância da Amazônia. A SBPC recomenda nova licitação.

Em aparte, o líder do governo, senador Elcio Alves (PFL-ES), afirmou que está sendo feita muita espuma em relação ao Sivam. A seu ver, a comissão especial que está avaliando o caso tem apenas uma decisão a tomar: substituir a Esca por um órgão do governo e atribuir a esse órgão os créditos já votados para aquela empresa.

NESTA EDIÇÃO

Emendas ao Orçamento em debate

Página 3

Rocha e Júnia fazem defesa de servidores

Página 4

Isenção de cobrança da Cofins retroage

O Senado aprovou ontem projeto de lei complementar que faz retroagir data de isenção de cobrança da Cofins. Também autorizou o governo a contratar empréstimo de US\$ 160 milhões junto ao BID para financiamento parcial do Programa de Ciência e Tecnologia. **Página 4**



Flaviano Melo

Flaviano pede providências para prevenir raiva

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) pediu ontem ao Ministério da Saúde, ao governo do Acre e à prefeitura da capital a adoção de providências para a urgente implementação de medidas visando a prevenir um surto de raiva canina em Rio Branco, onde já se registraram vários casos de ocorrência da doença, tendo sido confirmadas cinco mortes.

Conforme o senador, a construção e o aparelhamento de um centro de zoonose na capital acreana custarão apenas R\$ 450 mil, quantia "irrisória diante do que representa um surto de raiva para a população".

Flaviano Melo alertou que o departamento estadual de vigilância epidemiológica conta com apenas um veículo para atendimento e que o temor de contaminação, que se generaliza entre os habitantes de Rio Branco, pode agravar o problema. Segundo relatou, muitos donos de cães de estimação estão soltando-os nas ruas.

Quintanilha apóia frente em defesa do setor sucro-alcooleiro

Senador lembra que Proálcool estimula produção agrícola e gera empregos no campo

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) registrou a instalação da Frente Parlamentar destinada a defender o setor sucro-alcooleiro. "Se não bastasse a decisão louvável da união de sentimento, de esforços e de ações para um trabalho conjunto, a iniciativa dará prosseguimento às ações isoladas que vários deles (parlamentares) já vinham desenvolvendo", disse.

Quintanilha ressaltou a presença de representantes da indústria de açúcar e álcool, de produtores de cana-de-açúcar e de trabalhadores de canaviais,



Leomar Quintanilha

dizendo que todos se uniram no desejo comum de somar esforços com o governo federal para que o setor sucro-alcooleiro possa revigorar-se.

O senador disse que o Proálcool, além de caracterizar-se como um programa estratégico de energia alternativa, revela-se um dos principais instrumentos de estabilização social, na medida em que estimula a produção agrícola, assegurando milhares de empregos. Daí porque ele considerou tão importante a formação dessa Frente Parlamentar.

Homenagem póstuma a jurista paraense

A morte do jurista e professor Sílvio Augusto Meira, ocorrida no final do ano passado, em Londres, foi lamentada ontem pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA). Para Josaphat, Sérgio Meira foi um expoente jurídico no Pará, onde também atuou na política, como deputado estadual e suplente de senador.

O senador informou que, como relator do projeto do

novo Código Civil que tramita no Senado, consultava, sempre que podia, aquele jurista, para elaborar o parecer definitivo sobre a matéria.

O presidente do Senado, José Sarney, associou-se à homenagem de pesar e lembrou que Sílvio Meira também foi historiador, tendo escrito uma obra sobre o processo de ocupação da Amazônia.

Ademir cobra renegociação das dívidas

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse ontem que cerca de 4,5 milhões de microempresas estão na iminência de encerrar suas atividades ainda no primeiro trimestre deste ano, face à escassez de crédito e, principalmente, em virtude da política de juros "escorchantes" adotada na economia do país. Ele quer que o governo defina, rapidamente, uma solução para o problema das dívidas dessas empresas.

- Tal situação impõe, hoje, a necessidade de uma mudança de atitude por parte dos agentes financeiros, públicos e privados - sugeriu Ademir Andrade.

O senador advertiu ainda que a crise no setor, de acordo com dados do Sebrae, empurrou para o mercado informal e para o desemprego cerca de 60% da população economicamente ativa do país.

REQUERIMENTO

O líder do PSB encaminhou, também na tarde de ontem, requerimento dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, solicitando informações sobre quais as instituições financeiras beneficiadas com o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, o Proer.

No requerimento o senador quer saber quais os valores repassados para cada uma dessas instituições, se foram em títulos ou em dinheiro, e também se houve emissão de moeda para o repasse desses recursos.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

Previsão dos trabalhos para a próxima semana

PLENÁRIO

Quarta, quinta e sexta-feiras (31.01.96, 1º e 02.02.96)

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: *PEC nº 61/95, que permite a admissão de técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica (primeiro, segundo e terceiro dias de discussão).



Bernardo Cabral

Cabral quer evitar injustiça nas aposentadorias

O senador Bernardo Cabral (AM) anunciou ontem que vai apresentar emenda à proposta de reforma previdenciária com o objetivo de garantir o direito de aposentadoria especial aos parlamentares federais, estaduais e municipais que já recebem o benefício ou que já adquiriram o direito a ele, segundo a legislação em vigor. A reforma da Previdência ainda deverá ser aprovada pela Câmara dos Deputados, para então ser apreciada pelo Senado.

Bernardo Cabral ressaltou que, frente aos sistemas de aposentadoria parlamentar de outros países, a adotada no Brasil não é original nem escandalosa. Aqui, informou o senador pelo Amazonas, o parlamentar federal contribui com 10% do subsídio integral e o período de carência exigido é de oito anos, "um dos mais longos do mundo". Na Dinamarca, essa carência é de um ano; em Israel, quatro; na França, Bélgica e Estados Unidos, cinco anos; e na Alemanha, seis anos, comparou.

O vice-líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), em aparte, opinou que o Congresso não pode ter aposentadorias especiais que passem ao largo das reformas que estão sendo negociadas com a sociedade, mas também não pode cometer injustiças. Nesse sentido, admitiu ele, a solução proposta por Bernardo Cabral coloca a questão nos devidos termos. O senador Valmir Campelo (PTB-DF) também apoiou a iniciativa do senador amazonense.

Josaphat defende emendas individuais ao Orçamento

Senador lembra que são esses recursos que asseguram a manutenção de serviços comunitários e obras sociais relevantes

A possibilidade de apresentação de emendas individuais na elaboração do Orçamento deve ser mantida. A tese foi defendida ontem pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que argumentou com o fato de que são essas emendas que asseguram a existência de serviços comunitários e obras sociais, citando como exemplo a Casa da Irmã Dulce, em Salvador. Ele reportou-se ao discurso feito quarta-feira pelo vice-líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), que considerou desperdício boa parte das emendas individuais e defendeu as emendas coletivas de

bancadas.

Josaphat pediu ainda aos congressistas que trabalhem uma fórmula que proporcione à Comissão de Orçamento entregar o relatório final ainda dentro do ano fiscal. Ele salientou que o atraso permite que emendas individuais sem necessidade sejam aprovadas, contribuindo ainda mais para o desperdício de recursos.

O senador José Roberto Arruda, em aparte, concordou com Josaphat Marinho sobre a necessidade da destinação de



Josaphat Marinho

recursos para obras sociais, mas manifestou certeza de que as emendas coletivas, para a realidade do país, são mais criteriosas por saírem de um consenso.

Em aparte, João Rocha (PFL-TO) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) foram solidários com a opinião de Josaphat Marinho. O senador Flaviano Melo (PMDB-AC), como membro da Comissão de Orçamento, apartou para informar que o relatório final será votado antes do fim da convocação.

Coutinho cobra solução técnica

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) advertiu ontem que o relator-geral do Orçamento precisa corrigir o relatório da subcomissão de Infra-Estrutura, porque, segundo argumentou, a decisão de destinar R\$ 2 milhões para emendas de bancada e R\$ 200 mil para as individuais é "primária, injusta e incoerente" com a orientação da Comissão Mista de Orçamento de priorizar emendas coletivas. "Para que um relator e uma subcomissão, se tudo foi resolvido por uma simples conta de dividir?", perguntou.

O Estado do Pará foi particularmente lesado, na opinião de Coutinho Jorge, pois a sua bancada federal, em consonância com o governador do Pará, endossou dez emendas prioritárias, todas elas sob a rubrica "Infra-Estrutura". Em um primeiro



Coutinho Jorge

relatório, rejeitado pelos membros da subcomissão, o sub-relator desconsiderou todas as emendas apresentadas em prol das suas, disse o senador. Ele informou que no segundo, já aprovado na subcomissão, é que houve o rateamento da verba, "ignorando mais uma vez os mais elementares critérios técnicos".

Tanto faz se uma rodovia tem 3, 300 ou 3000 km, o recurso é o mesmo - frisou Coutinho Jorge, salientando que as outras relatorias, em número de seis, adotaram procedimentos diversos.

Conforme levantamento feito pelo senador, um estado da Amazônia Legal com 200 mil habitantes obteve 17% dos recursos solicitados pela bancada. O Pará, com quase 6 milhões de habitantes, teve apenas 5% das verbas requeridas pela bancada.



Patrocínio

Gás de cozinha no transporte de alimentos

Projeto de lei apresentado ontem pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) autoriza o uso de gás de cozinha e de gás natural em veículos usados para transporte de hortigranjeiros e de leite. O governo já anunciou a intenção de liberar apenas o gás natural para uso em veículos.

Patrocínio explicou que o objetivo de seu projeto é reduzir o custo do transporte dos alimentos. No caso do gás de cozinha, o veículo deverá ter no mínimo sete anos. O senador explicou que essa restrição objetiva evitar que carros novos ou de luxo usem um combustível barato.

Rocha pede que STF reconheça direito de servidor

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) conclamou o Supremo Tribunal Federal a reconhecer os direitos dos servidores civis e militares ao reajuste de vencimentos em janeiro.



Rocha

Referindo-se aos mandados de injunção e de segurança impetrados pelas lideranças do PT, PDT, PC do B, PSB e confederações para que o STF reconheça a data-base do funcionalismo, o parlamentar afirmou-se com a notícia de que alguns ministros já teriam se manifestado contra.

Júnia exige cumprimento da data-base

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) solicitou providências à presidência do Senado no sentido de que faça o governo federal cumprir a Lei nº 7.706, sancionada em 1988 pelo então presidente da República José Sarney, que fixou o mês de janeiro como data-base para reajuste salarial dos servidores públicos civis e militares. Em aparte, o senador José Sarney, presidente do Senado, observou que "se é lei, deve ser cumprida".

- Os dispositivos da lei não foram revogados - alertou a senadora. Observando que a liderança do PDT já recorreu ao STF para que a lei seja cumprida, Júnia Marise disse que "o Senado Federal também tem a responsabilidade de fazer cumprir as leis".

Senado aprova lei que retroage data de isenção de tributo sobre exportação

Medida vale para transações realizadas por cooperativas e consórcios e fornecimento de mercadorias para consumo de bordo

O Senado aprovou ontem o projeto de lei complementar que faz retroagir a abril de 1992 a data de isenção de cobrança da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) relativa às exportações realizadas por cooperativas e consórcios, e ao fornecimento de mercadorias ou serviços para uso ou consumo de bordo em embarcações ou aeronaves em tráfego internacional. A matéria vai à sanção presidencial.

Em defesa da proposição, o

relator, senador Valmir Campello (PTB-DF), lembrou a norma de comércio internacional de não se exportarem impostos, como meio de estímulo às exportações, argumentando que a desoneração de tributos e de contribuições incidentes diretamente sobre produtos e serviços exportados garantirá a competitividade brasilei-



Valmir

ra no mercado mundial.

A redação original tinha estabelecido a isenção da contribuição somente para as vendas de mercadorias ou serviços destinadas ao exterior realizadas diretamente pelo exportador, deixando a isenção aos demais exportadores para ser regulamentada posteriormente pelo Poder Executivo. O decreto de regulamentação, entretanto, só viria a ser editado em dezembro de 1993, gerando descontinuidade na concessão do benefício.

Ciência e Tecnologia terá empréstimo de US\$ 160 milhões

O Senado aprovou projeto de resolução autorizando o governo brasileiro a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 160 milhões, para financiamento parcial do Programa de Ciência e Tecnologia, cuja execução ficará a cargo da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

O empréstimo deverá ser

amortizado mediante o pagamento de prestações semestrais consecutivas e, tanto quanto possível, iguais.

Lauro Campos (PT-DF) denunciou o caráter perverso do endividamento externo e votou contra o empréstimo. Júnia Marise (PDT-MG) criticou o governo por sujeitar-se às condições impostas pelas agências internacionais de financiamento.

Napoleão quer socorro para Teresina

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) dirigiu ontem apelo à Secretaria Nacional de Defesa Civil e ao Ministério da Educação e do Desporto para que sejam adotadas providências urgentes visando à



Napoleão

recuperação do ginásio de esportes de Teresina, o *Verdão*, cujo teto foi destruído por um temporal que caiu sobre a capital piauiense na terça-feira.

Segundo o senador, o forte temporal e o vendaval de até

100 quilômetros por hora causaram grandes transtornos à população, provocando prejuízo ao comércio, às indústrias e afetando também o funcionamento do setor bancário.

O desabamento do ginásio ocorreu quando um grupo de técnicos finalizava a montagem de um palco, onde se apresentaria Roberto Carlos.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Saussuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade ■ **Editores** - Djalba Lirnae Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**